

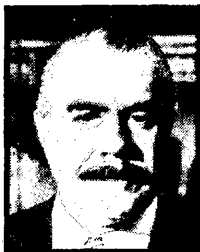
1 JUL 1981

1000

José Sarney

A reforma como um teste para a abertura

Ao entregar ao presidente Figueiredo as propostas do PDS para a reforma



JOSÉ SARNEY

eleitoral, o senador José Sarney deixou claro que não estava sendo o portador de um projeto pretensamente definitivo. O presidente do PDS acentuou haver diferença intrínseca entre uma tomada de posição de partido e uma decisão de Governo: tendências e interesses partidários não se confundem, obrigatoriamente, com o interesse nacional, que o Governo, em tese, deve representar.

Ao explicitar aquilo que é da natureza das coisas — Governo e seu partido são entidades diferentes, com atribuições e responsabilidades distintas —, o presidente do PDS fez, ao mesmo tempo, um exercício de habilidade política: transferiu

para uma instância incontestada a tarefa de resolver as contradições internas do partido.

A avaliação de tendências numa agremiação política não é apenas um jogo aritmético, traduzível, por exemplo, em número de votos favoráveis ou contrários à sublegenda ou às coligações. Pesa numa tal avaliação a representatividade de quem defende cada posição. As críticas do presidente do Senado, Jarbas Passarinho, à idéia de proibição das coligações e a insistência do governador Francelino Pereira na condenação à sublegenda têm uma ponderabilidade que escapa a controles meramente estatísticos.

O Governo, disse ainda o senador José Sarney, comporta-se, por sua própria natureza, segundo uma visão mais abrangente do fato político. Em outras palavras: o Governo não terá de enfrentar e equacionar apenas as contradições de seu partido; terá de situar-

se em meio às contradições do universo político em que se situa e do universo partidário que ajudou a criar. Por isso, atribuíam-se ontem, em Brasília, uma importância decisiva à etapa de negociações com as oposições em torno da reforma. Uma importância que não se traduziria somente em termos de aceitação ou rejeição de medidas mais os menos identificáveis com soluções casuísticas, mas que se exprimiria pela maior ou menor possibilidade de sobrevivência do pluripartidarismo e de continuidade para o processo de abertura política.

O Governo, ao dar início às negociações, estará, até certo ponto, dando uma medida do que entende, no momento, por abertura política, pois a definição de alguns aspectos da reforma exprimirá a posição do Planalto face a pontos críticos desse processo, como a tão debatida questão da alternância no exercício do poder.